

# DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e de 2013

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionista da  
**DME Energética S.A. - DMEE**  
Poços de Caldas - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da **DME Energética S.A. - DMEE** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:**

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia mantém participação no Consórcio Empresarial Pai Querê. As demonstrações contábeis de referido consórcio não foram submetidas a auditoria ou revisão, por nós ou por outros auditores. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo de R\$ 3.711 mil, mantido em 31 de dezembro de 2014 na conta Investimentos, no Ativo da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia participa com 10,0877% na coligada SEFAC – Serra do Facão Energia S.A. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da SEFAC – Serra do Facão Energia S.A., emitido por outros auditores, conteve a seguinte ressalva: falta de registro do valor da obrigação a pagar pelo direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso de Bem Público – UPB. O registro contábil vem sendo realizado pelo regime de caixa, quando do pagamento das parcelas mensais iniciadas em julho de 2010. O registro da obrigação do UPB deve ser efetuado em contrapartida ao ativo intangível (direito da concessão) desde a data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2014, os saldos das obrigações a pagar e do ativo intangível (direito de concessão) estão a menor em R\$ 1.436.554 mil e R\$ 982.764 mil, respectivamente e o patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social estão a maior em R\$ 453.790 mil e R\$ 88.960 mil, respectivamente, sem considerar os efeitos tributários. Tendo em vista a falta de registro das obrigações a pagar pelo Uso de Bem Público – UPB pela coligada SEFAC – Serra do Facão Energia S.A., nos montantes acima citados, as Demonstrações Contábeis da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, não contemplam os ajustes correspondentes a parcela de sua participação em referidas obrigações.

**Opinião com ressalva sobre as Demonstrações Contábeis:**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DME Energética S.A. - DMEE** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é ré em um processo cível judicial, em trâmite na segunda vara cível da Comarca de Poços de Caldas, em que a autora alega ter pactuado um contrato de compra e venda de energia elétrica, para o período compreendido entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014, sem a entrega do objeto contratado, cujo valor atualizado é de R\$ 2.651 mil. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não há um acordo formal entre as partes e em razão do estágio em que o processo se encontra, o risco de perda do processo é considerado possível e os valores desta ação não podem ser determinados com razoável segurança. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Maringá - PR, 20 de Março de 2015

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S  
CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Lückmann  
Contador  
CRC SC 023.456/O-6 T PR

**DME Energética S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes caixa	4	115.471	103.878
Contas a receber	5	6.842	5.768
Outros créditos	6	4.677	755
Estoque		<u>21</u>	<u>12</u>
Total do ativo circulante		<u>127.011</u>	<u>110.413</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>			
Outros Créditos	7	36	158
Investimentos	8	119.283	120.055
Imobilizado	9	116.880	120.308
Intangível	10	<u>74.848</u>	<u>78.234</u>
Total do ativo não circulante		<u>311.047</u>	<u>318.755</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>438.058</u></u>	<u><u>429.168</u></u>

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	2.665	530
Impostos e contribuições sociais	12	852	9.366
Outras obrigações		761	1.228
Obrigações estimadas		164	156
Encargos de uso da rede elétrica		74	63
Salários, provisão e contribuições sociais		71	67
Uso do bem público - CESAP	13	9.622	9.368
Dividendos propostos	15	<u>5.232</u>	<u>4.477</u>
Total do passivo circulante		<u>19.441</u>	<u>25.255</u>
<b>Não circulante</b>			
Uso do bem público - CESAP	13	136.362	133.292
Outras contas a pagar	14	<u>946</u>	<u>800</u>
Total do passivo não circulante		<u>137.308</u>	<u>134.092</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15	218.634	218.634
<b>Reserva</b>			
Reserva de lucros		58.826	48.441
Reserva legal		3.870	2.768
Recursos Consorciadas - CESAP		<u>(21)</u>	<u>(21)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>281.309</u>	<u>269.822</u>
<b>Total do passivo</b>		<u><u>438.058</u></u>	<u><u>429.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DME Energética S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	16	79.232	64.186
Gastos operacionais	17	(13.341)	(11.999)
Energia elétrica comprada	18	<u>(36.334)</u>	<u>(12.351)</u>
<b>Lucro bruto</b>		29.557	39.836
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(3.389)	(3.793)
Outras despesas operacionais		(271)	(378)
Resultado de equivalência patrimonial		<u>1.981</u>	<u>5.983</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		27.878	41.648
Receitas financeiras	19	11.474	6.925
Despesas financeiras	19	<u>(12.777)</u>	<u>(16.812)</u>
Resultado financeiro	19	<u>(1.303)</u>	<u>(9.887)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>26.575</u>	<u>31.761</u>
Contribuição social	20	(1.209)	(3.424)
Imposto de renda	20	<u>(3.333)</u>	<u>(9.487)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>22.032</u>	<u>18.850</u>
<b>Quantidade de ações</b>		<u>215.696.330</u>	<u>215.696.330</u>
<b>Lucro por ação - R\$</b>		<u>0,1021</u>	<u>0,0862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DME ENERGÉTICA S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente - DRA**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<u>22.032</u>	<u>18.850</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>22.032</u></u>	<u><u>18.850</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>			Lucros acumulados	Recursos de Consorciadas CESAP	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>218.634</u>	<u>1.826</u>	<u>40.812</u>	-	<u>(21)</u>	<u>261.250</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	164	-	-	164
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	18.850	-	18.850
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(2.684)	-	-	(2.684)
Recursos das Consorciadas - CESAP	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (5%)	-	942	-	(942)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(4.477)	-	(4.477)
Dividendo Complementar (25%)	-	-	1.195	(4.477)	-	(3.282)
Transferência para reserva de lucros	-	-	8.954	(8.954)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>218.634</u>	<u>2.768</u>	<u>48.441</u>	-	<u>(21)</u>	<u>269.822</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	22.032	-	22.032
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	(834)	-	-	(834)
Recursos das Consorciadas - CESAP	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (5%)	-	1.102	-	(1.102)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	(5.232)	-	(5.232)
Dividendo Complementar (25%)	-	-	754	(5.233)	-	(4.479)
Transferência para reserva de lucros	-	-	10.465	(10.465)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>218.634</u>	<u>3.870</u>	<u>58.826</u>	-	<u>(21)</u>	<u>281.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DME Energética S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - DFC (Método Indireto)**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	22.032	18.850
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas</b>		
Resultado financeiro	3.324	7.940
Resultado com equivalência patrimonial	(1.981)	(5.983)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	31.889	999
Depreciação/Amortização	11.137	7.301
	<u>66.401</u>	<u>29.107</u>
<b>Variações patrimoniais</b>		
Redução (aumento) nas contas a receber	(670)	1.293
Aumento (redução) nos outros créditos	(3.676)	586
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	(526)	2.273
Aumento (redução) nos encargos de uso rede elétrica	11	(10)
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA/SEFAC	2.078	(446)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	617	12.911
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	3.264	2.370
	<u>3.264</u>	<u>2.370</u>
<b>Caixa Oriundo das operações</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.896)	(3.804)
	<u>(7.798)</u>	<u>15.173</u>
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>58.603</u>	<u>44.280</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições em imobilizado	(36.212)	(1.304)
Dividendos recebidos	2.824	1.375
	<u>2.824</u>	<u>1.375</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<u>(33.388)</u>	<u>71</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Operações com coligadas e controladas	(82)	(269)
Juros sobre capital próprio	(9.064)	(8.230)
Dividendos pagos	(4.477)	(3.282)
	<u>(4.477)</u>	<u>(3.282)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<u>(13.622)</u>	<u>(11.781)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos</b>	<u><b>11.593</b></u>	<u><b>32.570</b></u>
<b>A variação líquida de caixa é assim demonstrada</b>		
<b>Disponibilidades</b>		
No fim do exercício	115.471	103.878
No início do exercício	103.878	71.308
	<u>103.878</u>	<u>71.308</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>	<u><b>11.593</b></u>	<u><b>32.570</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

#### a. A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 36 – centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. Sob o aspecto societário, a DMEE detém as seguintes participações diretas:

Sociedades/Consórcios	<u>Participação %</u>
Baesa - Energética Barra Grande S.A.*	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.***	10,0877%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. – ETAU**	10,0000%
Consórcio Empresarial Pai Querê - CEPAQ	10,0000%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

\*Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

\*\*Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

\*\*\*Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

#### b. Outorgas de Geração de Energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração de quatro empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de Exploração	Tipo de Geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
Pai Querê	292	PIE	UHE	10,00%	29,20	Bom Jesus - RS e Lages - SC	Projeto
PCH Padre Carlos (Rolador)	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,80	Poços de Caldas - MG	Operação
Salto Pilão	192	PIE	UHE	20,00%	38,38	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
UHE Pedro Affonso Junqueira (Antas I)	<u>8,78</u>	Cotas	UHE	100,00%	<u>8,78</u>	Poços de Caldas - MG	Operação
	<u>500,47</u>				<u>84,16</u>		

A partir do mês de abril de 2014, a concessão da Usina Antas I passou a ser de titularidade da DMEE, conforme 1º Termo Aditivo ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL.

A totalidade da geração da usina é destinada a 34 distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), no regime de cotas. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99.

### **c. Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP**

O Consórcio Empresarial Salto Pilão (“CESAP”), com sede em Florianópolis - SC, foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº. 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão (“CESAP”) com 20%. O Consórcio não têm personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com as normas elaboradas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 30 de março de 2015.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 21 - Contingências
- Nota 23 - Instrumentos financeiros

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Investimentos em coligadas**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

**b. Instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação e, que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais ativos e passivos financeiros: i. mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii. empréstimos e recebíveis, iii. caixa e equivalentes de caixa e iv. Passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

***i. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado***

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas e despesas financeiras”, no período em que ocorrem.

***ii. Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

***iii. Caixa e equivalentes de caixa***

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

***iv. Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores (nota explicativa nº 11) e outras contas a pagar (nota explicativa nº 14).

**v. Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**c. Impairment de ativos e passivos financeiros**

**i. Redução ao valor recuperável (impairment)**

*Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

*Ativos disponíveis para venda*

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas

provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

**d. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**e. Ativos intangíveis**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

***Contrato de Concessão – AHE Salto Pilão***

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorrente do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União. A contrapartida dessa obrigação está registrada no Ativo Intangível e será amortizada pelo mesmo período da obrigação.

O valor contabilizado como ativo intangível relativo ao UBP está sendo amortizado pelo respectivo prazo remanescente da concessão.

Em “Outros intangíveis” estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

**f. Imobilizado**

***i. Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

***ii. Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	3 - 12 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2014.

**g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, ao final de cada exercício ou sempre que houver indicação que o ativo possa apresentar perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando suas operações de serviço de distribuição de energia em toda a área definida no contrato de concessão com a finalidade de mensurar o montante de perda, que é imediatamente reconhecida no resultado, quando aplicável.

**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações.

Os riscos contingentes, devido a sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve, de maneira inerente, considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Companhia. Nesse contexto e frente as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não registrou provisões.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a



contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**j. Impostos e contribuições**

A Companhia apura e calcula seus tributos, impostos e contribuições, com base em regime de competência:

- O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados de acordo com a Apuração Mensal no LALUR (Livro de apuração do Lucro Real).
- As contribuições do PIS e da COFINS são apuradas conforme o faturamento mensal da Companhia.
- As contribuições ao INSS e ao FGTS são apuradas de acordo com a folha de pagamento mensal da Companhia.
- O ISSQN e o IRRF são retidos quando da contratação e prestação de serviços de terceiros.

**k. Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela.

**i. Receita financeira**

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

**l. Resultado por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível ao número de ações em posse dos acionistas controladores da Companhia.

**m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações e interpretações são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que tais normas não terão impactos futuros em suas demonstrações financeiras.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	1	1
Bancos	24	1.055
Aplicações financeiras		
CDB Pré-fixado	115.446	102.822
	<u>115.471</u>	<u>103.878</u>

**DMEE- Energética S.A.**

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

**5 Contas a receber**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ampla Energia e Serv. S/A	119	109
Bandeirantes Energia S/A	145	151
CELG Distribuição S/A	86	81
CEMIG Distribuição S/A	156	156
CELPA - Centrais elétricas do Pará S/A	282	266
COELBA - Cia. De Eletricidade do Estado da Bahia	308	297
CELTINS - Cia. De Energia Elétrica do Estado do Tocantins	32	27
CEAL - Cia. Energética de Alagoas	14	12
CELPE - Cia. Energética de Pernambuco	305	291
COELCE - Cia. Energética do Ceará	167	181
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	71	67
CEPISA - Cia. Energética do Piauí	180	167
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	110	105
Cia. Estadual de Distribuição de Energia	101	94
Cia. Paulista de Força e Luz	62	71
Copel Distribuição S/A	454	356
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	221	197
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	567	529
Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A	78	64
Energisa Borborema Distrib. De Energia S/A	8	7
Energisa Paraíba Distrib. De Energia S/A	39	46
Energisa Sergipe Distrib. De Energia S/A	28	35
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A	189	167
Light Serviços de Eletricidade S/A	377	365
Tradener Ltda	607	0
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	178	0
DME Distribuição S/A - UHE Barra Grande	1958	0
América Energia S/A	0	68
SEAL Trade Comércio e Serviços Ltda.	0	341
CEMIG Geração e Transmissão S/A	0	619
CPFL Comercialização Brasil S/A	0	899
	<b>6.842</b>	<b>5.768</b>

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

## 6 Outros créditos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Dividendos a receber	515	505
Tributos a compensar	3.977	121
Retenção sobre venda de energia	95	89
Adiantamento fornecedores	71	27
Seguros	12	1
Outros devedores	7	12
	<b>4.677</b>	<b>755</b>
	<b>4.677</b>	<b>755</b>

## 7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
DME Distribuição S.A. DMED (nota 5)	1.958	0
<b>Ativo não Circulante:</b>		
Outras contas a receber	36	158
<b>Passivo Circulante:</b>		
Compra de Energia Elétrica - BAESA (nota 7) / (a)	2.502	424
Fornecedores - Materiais e Serviços	163	106
	2.665	530
	<b>4.659</b>	<b>530</b>

- (a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande; o qual vigorará até 14 de maio de 2036.

As receitas com vendas de energia elétrica com parte relacionada estão representadas da seguinte forma:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
DMED – Venda		
Comercialização de energia	24.547	10.173
	24.547	10.173

Os custos com as compras de energia elétrica podem ser assim resumidos:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Barra Grande Energia S.A	21.457	10.056
	21.457	10.056

#### **Profissionais chaves da Administração**

A Companhia considerou como “profissionais chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente e pelo Diretor Comercial-Financeiro.

Durante os exercícios de 2014 e 2013 a remuneração da Diretoria Executiva foi apropriada como despesa que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios no montante de R\$ 778 em 2014 (R\$ 451 em 2013).

## **8 Investimentos**

### **a. Composição dos investimentos**

Composição dos Investimentos

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Participações em consórcio		
Consórcio Empresarial Pai Querê	3.711	3.629
	3.711	3.629
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S/A	61.016	57.472
Sefac - Serra do Facão Energia S.A.	46.111	49.189
Etau - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	8.445	9.765
	115.572	116.426
	<b>119.283</b>	<b>120.055</b>

**b. Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial:**

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do Ativo	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Equivalência Patrimonial 2014	Equivalência Patrimonial 2013
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,82%	398.381.000	1.319.532	691.872	40.569	3.578	1.805
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	10,09%	370.899.999	1.085.427	457.105	-30.503	-3.077	1.965
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	10%	34.895.364	141.661	84.449	14.799	1.480	2.213
			<b>2.546.620</b>	<b>1.233.426</b>	<b>24.865</b>	<b>1.981</b>	<b>5.983</b>

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

**9 Imobilizado**

<b>IMOBILIZADO</b>	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Provisão p/ redução valor recuperação	Líquido	
					2014	2013
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	21.043	(4.199)	(2.830)	14.014	14.468
Máquinas e equipamentos	3,33%	66.623	(13.970)	(12.300)	40.353	42.142
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	82.456	(9.244)	(16.313)	56.899	58.328
Veículos	14,29%	303	(217)	-	86	103
Móveis e Utensílios	6,25%	73	(33)	(5)	35	39
Terrenos	-	1.759	-	(187)	1.572	1.564
Sistema de Transmissão e Conexão		1.085	(184)	-	901	939
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>173.342</b>	<b>(27.847)</b>	<b>(31.634)</b>	<b>113.860</b>	<b>117.583</b>

**Imobilizado em curso**

Imobilizado em curso		1.928	-	-	1.928	1.604
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>1.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.928</b>	<b>1.604</b>
Administração:						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(424)	-	862	905
Máquinas e equipamentos	6,25%	401	(295)	-	106	75
Móveis e utensílios	6,25%	239	(123)	-	116	130
Veículos	14,29%	110	(101)	-	9	12
<b>Total do imobilizado – Administração</b>		<b>2.036</b>	<b>(944)</b>	<b>-</b>	<b>1.092</b>	<b>1.122</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>177.306</b>	<b>(28.791)</b>	<b>(31.634)</b>	<b>116.880</b>	<b>120.308</b>

- a. Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da portaria ANEEL 367/2009:

	Custo de Aquisição	Deprec./Amortiz Acumulada	Provisão p/ redução valor recuperação	Líquido	
				Valor Líquido 2014	Valor Líquido 2013
Ativo Imobilizado em Serviço					
Geração	173.342	(27.847)	(31.634)	113.860	117.582
Administração	2.036	(944)	-	1.092	1.123
	175.378	(28.791)	(31.634)	114.952	118.705
Ativo imobilizado em curso					
Geração	1.928	-	-	1.928	1.604
	177.306	(28.791)	(31.634)	116.880	120.308

**b. Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração**

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2014
Terrenos	1.564	196	-	-	1.760
Reservatórios, barragens e adutoras	64.942	17.514	-	-	82.456
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.710	3.619	-	-	22.329
Máquinas e equipamentos	53.032	13.992	-	-	67.024
Veículos	413	2	(3)	-	412
Móveis e utensílios	305	7	-	-	312
Sistema Transmissão e conexão	1.085	-	-	-	1.085
	140.051	35.330	(3)	-	175.378

**Movimentação da depreciação acumulada**

	31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2014
Reservatórios, barragens e adutoras	(6.614)	(2.630)	-	-	(9.244)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(3.336)	(1.287)	-	-	(4.623)
Máquinas e equipamentos	(10.816)	(3.449)	-	-	(14.265)
Veículos	(300)	(40)	22	-	(318)
Móveis e utensílios	(136)	(21)	-	-	(157)
Sistema Transmissão e conexão	(146)	(38)	-	-	(184)
	(21.348)	(7.465)	22	-	(28.791)

	31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2013
Reservatórios, barragens e adutoras	(4.534)	(1.417)	-	(663)	(6.614)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.838)	(498)	-	-	(3.336)
Máquinas e equipamentos	(9.636)	(1.843)	-	663	(10.816)
Veículos	(253)	(47)	-	-	(300)
Móveis e utensílios	(119)	(19)	2	-	(136)
Sistema Transmissão e conexão	(108)	(38)	-	-	(146)
	(17.488)	(3.862)	2	-	(21.348)

**Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## 10 Intangível

O intangível está assim demonstrado:

Intangível	Taxa de Depreciação	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Provisão p/ redução valor recuperação	Liquido	
					2014	2013
Imobilizado em Serviço	20%	88.660	(13.726)	(141)	74.793	78.202
Administração	20%	220	(166)	-	55	32
<b>Total do Intangível</b>		<b>88.880</b>	<b>(13.892)</b>		<b>74.848</b>	<b>78.234</b>

### a. Composição do Intangível

	2012		2013		2014		Provisão p/ redução valor recuperação	2014
	Adição	Amortização	Adição	Amortização	Adição	Amortização		
UHE Salto Pilão	25	-	(9)	15	-	(9)		6
UBP - Salto Pilão	81.585	-	(3.399)	78.186	-	(3.399)		74.787
UHE Antas I	-	-	-	-	229	(88)	(141)	0
PCH Padre Carlos	1	-	-	1	-	-		1
								0
Administração	63	1	(32)	32	39	(17)		54
<b>Total intangível</b>	<b>85.106</b>	<b>1</b>	<b>(3.441)</b>	<b>78.234</b>	<b>268</b>	<b>(3.513)</b>	<b>(141)</b>	<b>74.848</b>

## 11 Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Compra de energia elétrica - BAESA (nota 7)	2.502	424
Materiais e Serviços	163	106
	<u>2.665</u>	<u>530</u>



**12 Impostos e contribuições sociais**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Impostos</b>		
Imposto de renda Retido na Fonte (d)	2	3
ISSQN - Serviços de Terceiros (d)	5	6
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (a)	439	6.641
ICMS	0	1
 <b>Contribuições sociais</b>		
INSS (b)	29	37
FGTS (b)	11	12
PIS (b)	38	77
COFINS (b)	149	312
CSLL (a)	178	2.276
	852	9.366

**13 Uso do bem público (CESAP)**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
UBP - CESAP (Passivo Circulante)	9.622	9.368
UBP - CESAP (Passivo Não Circulante)	136.362	133.292
	145.984	142.660

**14 Outras contas a pagar**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
ABRAGEL	10	10
Aluguéis	0	20
P&D - Pesquisa e Desenvolv. – CESAP	424	302
Retenção Contratual – CESAP	37	16
Aquisição Unid.Conservação – CESAP	475	452
	946	800

**15 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 2011, o valor do capital social era de R\$ 215.696 e, em 2012 houve um aumento no capital social no valor de R\$ 2.938, que se refere a dividendos do exercício de 2010 não distribuídos para a controladora direta DME Poços de Caldas Participações S.A., que deliberou pela integralização dos dividendos, em 06 de janeiro de 2012, através de Assembleia Geral

Extraordinária. Assim, o capital social em 31 de dezembro de 2014, subscrito e totalmente integralizado é R\$ 218.634 (idem em 2012), divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

**b. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**c. Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento. A Companhia está investindo em projetos de geração de energia hidráulica e eólica, diversificando sua atividade principal.

Os principais investimentos são AHE Pai Querê, PCH Cabo Verde, Estudos de Inventário Hidrelétrico nos Rios Pardo, Verde e Capivari, Estudos anemométricos no norte de Minas Gerais, Estudos solarimétricos e hidráulicos em Poços de Caldas.

**d. Destinação do lucro líquido**

A Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

No exercício de 2014 a Companhia deliberou pelo pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio para sua única acionista DME Poços de Caldas Participações S.A., no valor total de R\$ 9.064 (R\$ 8.230 em 2013) calculados sobre as contas do patrimônio líquido utilizando a taxa de juros de longo prazo no período de janeiro a setembro, conforme previsto na legislação vigente.

Em 2014, a Companhia apurou o valor de R\$ 10.465 mil que corresponde a 50% do lucro líquido do exercício.

	2014	2013
Resultado do período	22.032	18.850
(-) Reserva legal	(1.102)	(942)
Base de cálculo	20.930	17.908
Dividendos propostos:	10.465	8.954
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	5.232	4.477
Dividendos propostos (25%)	5.233	4.477

**16 Receita operacional líquida**

**a. Receita com fornecimento de energia**

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Suprimento de energia elétrica	41.539	39628
Comercialização de energia	37.050	25595
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	3.604	4077
Usina Antas I - Regime de Cotas	1.420	0
Venda de Crédito Carbono – CESAP	11	0
Uso do Bem Público - UBP – CESAP	0	0
	83.624	69.300
 <b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS/Pasep	(743)	(875)
COFINS	(3.422)	(4.029)
Encargos do consumidor - P&D	(227)	(210)
	(4.392)	(5.114)
	79.232	64.186

## 17 Gastos operacionais

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Depreciação	3.762	3.762
Amortização	3.408	3.408
Serviços de terceiros	3.500	2.531
Encargos de uso rede elétrica	728	727
Compensação Financeira Recursos Hídricos	1.235	1008
Outros	113	198
Pessoal	522	280
Material	73	85
	13.341	11.999

## 18 Energia elétrica comprada

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	21.457	10.056
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	3.702	2.295
Seal Trade Comércio e Serviços	592	0
Tradener Ltda	1.760	0
ECEL - Eletron Com. Energia Ltda	3.773	0
Matrix Comercializadora de Energia	523	0
Clime Trading Com. De Energia Ltda	2.270	0
Léros Energia e Participações S/A	2.257	0

A partir de 01 de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC, a compra de energia ocorreu no exercício de 2011. A partir de 2012 toda a energia da SEFAC esta sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

## 19 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2014	2013
<b>Receita Financeira</b>		
Juros Recebidos	6	21
Rendimento de aplicações financeiras	11.455	6.869
Receita não Operacional	13	35
	11.474	6.925
<b>Despesa Financeira</b>		
Atualização financeira - P&D	(36)	(19)
Juros sobre empréstimos		(59)
Encargos Financeiros UBP Salto Pilão	(12.629)	(16.734)
Outras Despesas	(112)	0
	(12.777)	(16.812)
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	(1.303)	(9.887)

### Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

A demonstração do exercício de 2014 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14.

### a. Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2014 e 2013:

	2014	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	35.638	35.638
Adições permanentes	6.358	6.358
Exclusões permanentes	(28.566)	(28.566)
<b>Base de cálculo</b>	13.430	13.430
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.015	1.209
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.319	0
	3.333	1.209
	3.333	1.209

	<b>2013</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro antes dos tributos	31.761	31.761
Adições permanentes	22.357	22.357
Exclusões permanentes	(16.075)	(16.075)
<b>Base de cálculo</b>	<b>38.043</b>	<b>38.043</b>
Alíquota aplicável	25%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	5.706	3.424
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	3.780	-
	9.487	3.424

A taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social nos exercícios de 2014 e de 2013 foi de:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Resultado exercício</b>	<b>17.510</b>	<b>23.531</b>
<b>Efeitos Fiscais sobre:</b>		
(-) Ganho Equivalência Patrimonial	8.067	5.983
(+) Perda Equivalência Patrimonial	6.087	0
(+) Amortização UBP	0	3.399
(+) Encargos Financeiros UBP	0	16.734
(-) Reversão RTT – Amortização UBP Art.69 Lei 12.973/14	437	0
(-) Reversão RTT - Encargos financeiros UBP – Art.69 Lei 12.973/14	1.934	0
(+) Convênios	271	362
<b>Base de Cálculo:</b>	<b>13.430</b>	<b>38.044</b>
IRPJ 15%	2.014	5.707
Adicional IR 10%	1.319	3.780
IRPJ total	3.333	9.487
CSLL	1.209	3.424
Total de IRPJ/CSLL	4.542	12.911
<b>Total - Alíquota efetiva</b>	<b>26%</b>	<b>55%</b>

## 21 Contingências

*A Companhia não possui processos judiciais, para os quais, na avaliação de risco de seus assessores jurídicos possuem risco provável de perda que exijam a constituição de provisões, conforme estabelecido pelo CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente.*

*A Companhia é ré em um processo cível judicial, em trâmite na segunda vara cível da Comarca de Poços de Caldas, em que a autora alega ter pactuado um contrato de compra e venda de energia elétrica, para o período compreendido entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014, com valores atualizados de R\$2.651.042,98 valor informado pela Machado Meyer. Optou-se pela informação do valor oficial da causa constante no processo judicial em detrimento do valor dos fatos alegados no processo, uma vez que em relação aos mesmos não é possível estimativa concreta, decorrido inclusive o prazo discutido em juízo para cumprimento da suposta obrigação da DMEE pleiteada pela Autora. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem*

*que não há um acordo formal entre as partes e em razão do estágio em que o processo se encontra, ser do risco de perda do processo ter sido considerado possível, os valores desta ação não podem ser determinados com razoável segurança.*

*A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pelos seus assessores jurídicos com risco de perda possível.*

## **22 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

## **23 Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Numerário disponível** -. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- **Aplicação financeira** - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado e é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).
- **Outros créditos** - São, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

### **Análise de sensibilidade**

A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de rendimentos em suas operações com instituições financeiras. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

No que se refere ao risco de taxas de Juros mais relevante, a companhia estima que, em um cenário provável, a Taxa SELIC em 31 de dezembro de 2014 será de 12,47%. A taxa de CDI acompanha a Taxa SELIC. A Cia elaborou Análise de Sensibilidade considerando altas de 6,13% e de 14,38% na taxa de SELIC nas suas receitas de aplicação financeira.

**Rendimentos de aplicações financeiras**

<b>Cenário provável SELIC 11,75%</b>	<b>Cenário provável SELIC 12,47%</b>	<b>Cenário provável SELIC 13,44%</b>
13.882	14.688	15.767

A Administração da Cia entende que não existe riscos suficientes que justifiquem uma Política de Hedge.

**Nível de hierarquia**

Pressupõe-se que os saldos das contas “Concessionárias e permissionárias” e “Fornecedores” pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

	<b>Nível de Hierarquia</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
CDB CAIXA	<b>II</b>	110.794	99.129
CDB BB	<b>II</b>	12	12
Compromissada DI - Itaú	<b>II</b>	2.659	3.007
FIC	<b>II</b>	3.950	-
Aplicação CESAP	<b>II</b>	719	674
		<b>118.134</b>	<b>102.822</b>

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

	<b>2014</b>		<b>2013</b>	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalente caixa (nota 4)	25	25	1.056	1.056
Aplicação financeira (nota 4)	115.446	115.446	102.822	102.822
Contas a receber (nota 5)	6.842	6.842	5.768	5.768
	<b>122.313</b>	<b>122.313</b>	<b>109.646</b>	<b>109.646</b>

Ativos Financeiros	2014			
	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Mantidos até o Vencimento	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	-	25	-	25
Aplicação financeira (nota 4)	-	115.446	-	115.446
	-	115.471	-	115.471
	-	115.471	-	115.471

Passivos Financeiros	2014		
	Valor justo através do Resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores (nota 11)	-	2.665	2.665
Folha de pagamento	-	71	71
Tributos e Contribuições Sociais (nota 12)	-	852	852
	-	3.588	3.588

Ativos Financeiros	2013			
	Empréstimos e Recebíveis	Valor justo através do Resultado	Mantidos até o Vencimento	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	-	1.056	-	1.056
Aplicação financeira (nota 4)	-	102.822	-	102.822
	-	103.878	-	103.878

Passivos Financeiros	2013		
	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores (nota 11)	-	530	530
Folha de pagamento	-	67	67
Tributos e contribuições sociais	-	9.366	9.366
	-	9.963	9.963

## 24 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- **Risco de crédito** - Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.



- **Risco quando a escassez de energia** - A Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, é abastecida predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas.

O setor elétrico brasileiro está enfrentando um período de crise, que se iniciou em 2012, devido, principalmente, à hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios muito baixos, o que leva à: a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas; c) preços de liquidação das diferenças (PLD) elevados por um longo período, assim como os preços no mercado livre e mercado regulado.

- **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em operações de CDB.

## 25 Eventos subsequentes

- **Mudança da Sede** - *"Em 23/02/2015, a Companhia mudou a sua sede social da Rua Amazonas, nº 36, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, para a Rua Amazonas, nº 65, na mesma cidade, em imóvel de propriedade da DME Distribuição S.A. - DMED, conforme autorizado pelo Despacho ANEEL nº 4.788, de 11 de dezembro 2014, e deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 23/02/2015.*

*Em decorrência da mudança supra citada, a DMED e DMEE celebraram, em 23/02/2015, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Física, da edificação localizada na Rua Amazonas, nº 65, centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais, de propriedade da DMED, pelo período de cinco anos, no valor global estimado de R\$ 734.896,20 (setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos)."*

- **Adequações Fiscais e Tributárias - Lei Federal nº.12.973/14**

A DME Energética S/A realizou as adequações fiscais e tributárias necessárias para apuração dos tributos em conformidade com a adoção antecipada dos efeitos da Lei nº 12.973/14 art. 69, para o ano-calendário 2014 e anos subsequentes. Calculou os potenciais valores tributados em exercícios anteriores, a serem recuperados em decorrência do fim do Regime Tributário de Transição – RTT, principalmente em decorrência da adição à base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores referentes à amortização e atualização financeira do pagamento de Uso de Bem Público – UBP da UHE Salto do Pilão.

Com o evento subsequente dado pela aprovação da Medida Provisória nº 627, convertida em Abril/2014 na Lei nº. 12.973/14, a qual determinou o fim do chamado “regime RTT” e cuidou de regradar a transição do velho regime fiscal (prevalente entre 2008 a 2014) e o novo regime fiscal a ser adotado obrigatoriamente a partir de 01.01.2015. Assim, em 2014, a DME Energética S/A considerou como dedutível na apuração do IRPJ e da CSLL os valores referentes à amortização e a atualização financeira da dívida, e com o final do RTT, a partir de 01.01.2015 irá excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL o valor anteriormente adicionado

pelo prazo de concessão, até o ano de 2037. Ainda no caso das empresas de geração (concessionárias) de energia elétrica, a Lei dispõe de artigo específico que trata do RTT, como reza o artigo 69.

Efetuamos também a conferência da metodologia de cálculo para pagamento de Juros sobre Capital Próprio – JCP ao acionista, adequando este à luz da Lei Federal nº. 12.973/14.

\* \* \*

Miguel Gustavo Junqueira Franco  
Diretor Superintendente

Luis Carlos dos Santos  
Diretor Comercial Financeiro

Jarba Moreira da Silva  
Contador  
CRC-MG 074.173/0-7